

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob Sul Litorâneo completou 31 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

1.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o "Crédito Prosseguir" e com as linhas Pronampe e Pese.

1.1.3 Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	28.525	26.476	7,74
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.917	7.618	56,43
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.219	3.662	(39,40)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	16.657	14.313	16,38
Receitas com Alo Não Cooperativo	6.989	5.987	16,74
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	25.330	25.824	(1,91)
Despesas Tributárias	887	788	12,56
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.771	1.820	107,20
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.609	12.878	(40,91)
Juros ao Capital	1.535	3.046	(49,61)
Sobras Brutas do Exercício	16.342	20.358	(19,73)

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2020:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: que obtiveram um aumento de 16,38%, o resultado da intermediação financeira aumentou 7,74% e a receita com ato não cooperativo aumentou 16,74% em relação ao mesmo período de 2019.

A despesa com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais com redução 1,91% comparado ao mesmo período de 2019.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente a despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 65,76%, 10,33% maior comparado com o exercício de 2019.

Aumento de 107,20% com Outras receitas operacionais e resultado não operacional se comparado que o mesmo período de 2019.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	
Ativos Totais	576.741	411.728	40,08
Centralização Financeira	298.346	218.823	36,34
Carteira de Crédito	248.060	178.565	38,92
Depósitos	402.540	276.424	45,62
Patrimônio Líquido	116.619	103.180	13,02
Patrimônio de Referência (PR)	106.228	94.085	12,91

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 576.741 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 40,08% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado

na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2020 o saldo de R\$ 298.346 mil, tendo assim, um crescimento com relação ao mesmo período em 2019 de 36,34%.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 248.060 mil, com crescimento de 38,92% em relação a 31 de dezembro de 2019.

Os depósitos obtiveram um aumento de 45,62% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 402.540mil.

O patrimônio líquido cresceu 13,02% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 116.619 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2020			31/12/2019			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	%
Crédito Rural	12.498	73	12.571	11.969	862	12.831	(260)	(2,03)
Crédito Comercial	42.264	193.225	235.489	36.450	129.284	165.734	69.755	42,09
Total	54.762	193.298	248.060	48.419	130.146	178.565	69.495	38,92

3) Pessoas

Contávamos com 89 colaboradores no final do exercício de 2020. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 9.337 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de dezembro de 2020, houve uma concentração de 87,49% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 46 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 17 foram classificadas procedentes, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 15 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balço Patrimonial (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		576.741	411.728
Circulante		414.315	337.837
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	304.077	222.786
Disponibilidades	4. a	5.731	3.963
Centralização Financeira - Cooperativas	4. b	298.346	218.823
Instrumentos Financeiros		-	1.436
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	-	1.388
Títulos e Valores Mobiliários	5.3	-	48
Operações de Crédito	6	106.351	109.652
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		97.226	99.738
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(7.977)	(8.025)
Financiamentos		13.425	10.512
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(625)	(490)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		4.397	8.110
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(95)	(193)
Outros Créditos	7	2.284	2.632
Créditos por Avais e Fianças Honradas	7.1	645	1.138
Rendas a Receber		1.035	1.285
Diversos		1.010	701
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7. a	98	341
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7. l. c	(504)	(833)
Outros Valores e Bens	8	1.603	1.331
Outros Valores e Bens		3.718	3.191
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(2.434)	(2.245)
Despesas Antecipadas		319	385
Não Circulante		162.426	73.891
Realizável a Longo Prazo		144.002	58.206
Instrumentos Financeiros		19.267	1.670
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	19.267	1.670
Operações de Crédito	6	123.622	55.456
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		102.379	39.395
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(8.676)	(4.145)
Financiamentos		22.459	16.089
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(589)	(519)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		8.174	4.721
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(125)	(85)
Outros Créditos	7	1.113	1.080
Devedores por Depósitos em Garantia	7. b	1.113	1.080
Permanente		18.424	15.685
Investimentos	9	16.504	13.525
Participação em Cooperativa Central de Crédito		10.381	7.812
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		6.123	5.713
Imobilizado de Uso	10	1.900	2.131
Imobilizado de Uso		5.916	5.976
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(4.016)	(3.845)
Intangível	10.1	20	29
Ativos Intangíveis		370	372
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(350)	(343)
Total do Ativo		576.741	411.728
PASSIVO		460.122	308.548
Circulante		432.417	302.627
Depósitos	11	402.540	276.424
Depósitos à Vista		161.575	79.026
Depósitos Sob Aviso		1.347	1.445
Depósitos à Prazo		238.618	195.953
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11.1	897	2.116
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	11.1.a	38	2.116
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	11.1.b	859	-
Relações Interfinanceiras		4.005	8.163
Repasse Interfinanceiros	12	4.005	8.164
Relações com Correspondentes	12.3	-	9
Relações Interdependências	13	2.356	2.163
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.356	2.163
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.1	11.897	5.212
Empréstimos no país - Outras Instituições		11.897	5.212
Outras Obrigações	14	10.722	8.549
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	14.1	-	62
Sociais e Estatutárias	14.2	4.773	3.783
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.3	738	526
Diversas	14.4	5.211	4.178
Não Circulante		27.705	5.921
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11.1	10.587	32
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.1.a	7.483	32
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	11.1.b	3.104	-
Relações Interfinanceiras	12	15.836	4.727
Repasse Interfinanceiros		15.836	4.727
Outras Obrigações	14	1.282	1.162
Diversas	14. a, b	95	90
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	31	1.187	1.072
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		116.619	103.180
Capital Social	16	60.501	54.318
De Domiciliados No País		61.064	54.829
(-) Capital A Realizar		(563)	(511)
Reserva de Sobras		50.241	42.051
Sobras ou Perdas Acumuladas		5.877	6.811
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		576.741	411.728

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente

(em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	6.824	16.342	11.053	20.358
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	6.824	16.342	11.053	20.358

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas
 (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		21.902	43.572	27.204	52.281
Operações de Crédito	6. h	18.357	35.609	21.000	39.369
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	164	353	15	15
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.4	-	1	5	19
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4.1	3.381	7.609	6.184	12.878
Dispêndio da Intermediação Financeira		(9.992)	(19.355)	(11.245)	(20.545)
Operações de Captação no Mercado	11. b	(2.666)	(6.518)	(5.718)	(12.048)
Operações de Empréstimos e Repasses	12.2	(470)	(920)	(463)	(879)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	6. i	(6.856)	(11.917)	(5.064)	(7.618)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.910	24.217	15.959	31.736
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.817)	(6.056)	(4.355)	(8.213)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	4.882	9.442	4.212	8.030
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	3.905	7.215	3.350	6.283
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(4.656)	(9.337)	(4.914)	(9.504)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(6.796)	(13.133)	(7.075)	(13.554)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(469)	(887)	(424)	(788)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	1.336	3.976	1.739	3.957
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(1.563)	(2.860)	(1.540)	(2.766)
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes	24.1	(105)	(105)	5	19
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	24.2	(351)	(367)	292	110
Resultado Operacional		8.093	18.161	11.604	23.523
Outras Receitas e Despesas	25	(160)	(205)	(2)	(2.137)
Lucros em Transações com Valores e Bens	1	30	28	29	29
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	(6)	(34)	(34)
Outras Receitas	138	144	23	43	43
Outras Despesas	(110)	(190)	(2)	(10)	(10)
Outras Despesas/Receitas de Provisões	(189)	(189)	(45)	(2.165)	(2.165)
Resultado Antes da Tributação e Participações		7.933	17.956	11.602	21.386
Imposto de Rendas	(392)	(392)	(30)	(30)	(30)
Contribuição Social	(247)	(247)	(27)	(27)	(27)
Participações nos Resultados de Empregados	(470)	(975)	(492)	(971)	(971)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		6.824	16.342	11.053	20.358
Destinações Legais e Estatutárias			(8.930)		(10.501)
FATES	(740)			(961)	
Reserva Legal	(8.144)			(9.466)	
Outras Destinações Estatutárias	(148)			(172)	
Reversões de Reservas	102			98	
Resultado Antes dos Juros ao Capital			7.412		9.857
Juros ao Capital			(1.535)		(3.046)
Sobras/Perdas Líquidas			5.877		6.811

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subs.	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatut.		
Saldo em 31/12/2018	48.282	(451)	32.359	152	5.933	86.275
Destinações de Sobras						
Exercício Anterior:						
Ao Capital	5.888	-	-	-	(5.888)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(45)	(45)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.669	(60)	-	-	-	2.609
Por Devolução (-)	(4.369)	-	-	-	-	(4.369)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Brutas					98	98
Remuneração de Juros ao Capital:					20.358	20.358
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(3.046)	(3.046)
Juros ao Capital	3.046	-	-	-	-	3.046
IRRF sobre Juros ao Capital	(19)	-	-	-	-	(19)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(580)	-	-	-	-	(580)
Juros ao Capital - Ex associados	(88)	-	-	-	-	(88)
Movimentações por Incorporações						
FATES - Atos Não Cooperativos					(100)	(100)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	9.466	-	(9.466)	-
Outros Fundos	-	-	-	172	(172)	-
Estatutários	-	-	-	-	(861)	(861)
F A T E S	-	-	-	-	(740)	(740)
Saldo em 31/12/2019	54.829	(511)	41.825	226	6.811	103.180
Destinações de Sobras						
Exercício Anterior:						
Ao Capital	6.681	-	-	-	(6.681)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(130)	(130)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.244	(52)	-	-	-	2.192
Por Devolução (-)	(3.881)	-	-	-	-	(3.881)
Estorno de Capital	(1)	-	-	-	-	(1)
Reversões de Reservas					102	102
Sobras ou Perdas Brutas					16.342	16.342
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(1.535)	(1.535)
Juros ao Capital	1.535	-	-	-	-	1.535
IRRF sobre Juros ao Capital	(5)	-	-	-	-	(5)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(293)	-	-	-	-	(293)
Juros ao Capital - Ex associados	(45)	-	-	-	-	(45)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	8.144	-	(8.144)	-
Outros Fundos	-	-	-	148	(148)	-
Estatutários	-	-	-	-	(740)	(740)
F A T E S	-	-	-	-	(474)	(474)
Saldo em 31/12/2020	61.064	(563)	49.969	272	5.877	116.619
Saldo em 30/06/2020	53.590	(474)	32.359	152	7.774	93.401
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.578	(37)	-	-	-	1.541
Por Devolução (-)	(2.698)	-	-	-	-	(2.698)
Reversões de Reservas					98	98
Sobras ou Perdas Brutas					11.053	11.053
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(1.515)	(1.515)
Juros ao Capital	3.046	-	-	-	-	3.046
IRRF sobre Juros ao Capital	(19)	-	-	-	-	(19)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(580)	-	-	-	-	(580)
Juros ao Capital - Ex associados	(88)	-	-	-	-	(88)
Movimentações por Incorporações						
FATES - Atos Não Cooperativos					(100)	(100)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	9.466	-	(9.466)	-
Outros Fundos	-	-	-	172	(172)	-
Estatutários	-	-	-	-	(861)	(861)
F A T E S	-	-	-	-	(740)	(740)
Saldo em 31/12/2019	54.829	(511)	41.825	226	6.811	103.180
Saldo em 30/06/2020	54.386	(557)	41.825	226	15.382	111.262
Destinações de Sobras						
Exercício Anterior:						
Ao Capital	6.681	-	-	-	(6.681)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(130)	(130)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.253	(6)	-	-	-	1.247
Por Devolução (-)	(2.448)	-	-	-	-	(2.448)
Reversões de Reservas					102	102
Sobras ou Perdas Brutas					6.824	6.824
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(588)	(588)
Juros ao Capital	1.535	-	-	-	-	1.535
IRRF sobre Juros ao Capital	(5)	-	-	-	-	(5)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(293)	-	-	-	-	(293)
Juros ao Capital - Ex associados	(45)	-	-	-	-	(45)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	8.144	-	(8.144)	-
Outros Fundos	-	-	-	148	(148)	-
Estatutários	-	-	-	-	(740)	(740)
F A T E S	-	-	-	-	(474)	(474)
Saldo em 31/12/2020	61.064	(563)	49.969	272	5.877	116.619

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	6.824	16.342	11.053	20.358
Juros ao Capital Recebido	(63)	(63)	(39)	(39)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.033)	-	(722)
Participações nos Resultados de Empregados	470	975	492	971
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	6.856	11.917	5.064	7.618
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	351	367	(292)	(110)
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	189	189	45	2.165
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	105	105	(5)	(19)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	2	2	-	1
Depreciações e Amortizações	305	615	299	593
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	15.039	29.416	16.617	30.816
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.747)	(16.209)	(3.058)	(3.058)
Títulos e Valores Mobiliários	-	47	219	544
Relações Interfinanceiras	-	-	4	-
Operações de Crédito	(71.908)	(76.781)	(19.056)	(18.256)
Outros Créditos	880	314	379	(232)
Outros Valores e Bens	(424)	(461)	536	246
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	52.320	82.548	13.678	15.516
Depósitos sob Aviso	10	(98)	(65)	(24)
Depósitos à Prazo	12.358	43.664	(12.991)	5.357
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	630	5.373	(734)	(1.115)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	3.962	3.962	-	-
Relações Interdependências	2.326	193	2.157	746
Relações Interfinanceiras	6.359	6.951	46	(812)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.107	6.686	163	3.038
Outras Obrigações	(33)	1.487	(1.669)	(1.184)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(100)	(100)
FATES Sobras Exercício	(740)	(740)	(861)	(861)
Imposto de Renda	(392)	(392)	(30)	(30)
Contribuição Social	(247)	(247)	(27)	(27)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	20.500	85.713	(4.792)	30.564
Atividades de Investimentos				
Recebimento Dividendos	-	404	-	722
Distribuição Sobras da Central	-	629	-	-
Recebimento de Juros ao Capital	63	63	39	39
Aquisição de Intangível	(1)	(1)	(2)	(14)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(167)	(376)	(718)	(1.074)
Aquisição de investimentos	(63)	(2.978)	(317)	(3.295)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(168)	(2.259)	(998)	(3.622)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.247	2.192	1.541	2.609
Devolução de Capital à Cooperados	(2.448)	(3.881)	(2.698)	(4.369)
Estorno/Cancelamento de Capital	-	(1)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(130)	(130)	-	(45)

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-LITORÂNEA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-LITORÂNEA possui 10 Postos de Atendimento (PAs) em seguintes localidades: **ALCHEDO CHAVES-ES, ICONHA - ES, PIUMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES, VIANA - ES.**

O SICOOB SUL-LITORÂNEA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1(bru), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação
a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente - DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabeleceu critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-LITORÂNEA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados

de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central ES e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020.

x) COVID19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	5.731	3.963
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	298.346	218.823
TOTAL	304.077	222.786

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, despidas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

4.1 Ingressos de Depósitos Intercoperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Ingressos de Depósitos Intercoperativos	3.381	7.609	6.184	12.878
TOTAL	3.381	7.609	6.184	12.878

5. Instrumentos Financeiros
5.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Curto Prazo	-	1.388
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Longo Prazo	19.267	1.670
TOTAL	19.267	3.058

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos rurais a cooperados.

5.2 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	164	353	15	15
TOTAL	164	353	15	15

5.3 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Título de Renda Fixa - Circulante	-	48
TOTAL	-	48

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

5.4 Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	1	5	19
TOTAL	-	1	5	19

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	215	-	215	661
Empréstimos	84.888	102.379	187.267	119.741
Títulos Descontados	12.123	-	12.123	18.731
Financiamentos	13.425	22.459	35.884	26.601
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.397	8.174	12.571	12.531
Total das Operações de Crédito	115.048	133.012	248.060	178.565
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.697)	(9.390)	(18.087)	(13.457)
TOTAL	106.351	123.622	229.973	165.108

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheq. Esp. / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/20	Provisões 31/12/20	Total em 31/12/19	Prov. 31/12/19	
AA -	N	10.916	-	670	311	11.897	-	10.145	-
A 0,5%	N	53.359	1.346	7.727	7.393	69.825	(349)	48.087	(240)
B 1%	N	53.355	467	9.246	3.457	66.525	(665)	36.016	(361)
B 1%	V	99	9	15	-	123	(1)	3.339	(33)
C 3%	N	49.882	1.450	15.826	945	68.103	(2.043)	52.101	(1.563)
C 3%	V	419	85	39	-	543	(16)	772	(23)
D 10%	N	5.960	480	1.547	145	8.132	(813)	8.577	(858)
D 10%	V	242	46	20	-	308	(31)	935	(94)
E 30%	N	4.020	286	262	289	4.857	(1.457)	4.419	(1.326)
E 30%	V	1.110	43	22	-	1.175	(353)	1.712	(514)
F 50%	N	2.940	187	218	10	3.355	(1.678)	3.131	(1.566)
F 50%	V	641	59	72	-	772	(386)	3.814	(1.907)
G 70%	N	1.664	10	-	-	1.674	(1.172)	407	(285)
G 70%	V	5.423	49	-	21	5.493	(3.845)	1.410	(987)
H 100%	N	3.040	159	207	-	3.406	(3.406)	1.148	(1.148)
H 100%	V	1.629	230	13	-	1.872	(1.872)	2.552	(2.552)
Total Normal		185.136	4.385	35.703	12.550	237.774	(11.583)	164.031	(7.347)
Total Vendidos		9.563	521	181	21	10.286	(6.504)	14.534	(6.110)
Total Geral		194.699	4.906	35.884	12.571	248.060	(18.087)	178.565	(13.457)
Provisões		(15.890)	(763)	(1.214)	(220)	(18.087)	-	(13.457)	-
Total Líquido		178.809	4.143	34.670	12.351	229.973	-	165.108	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	215	-	-	215
Cheque Especial / Conta Garantida	4.691	-	-	4.691
Empréstimos	20.512	59.685	102.379	182.576
Títulos Descontados	11.232	891	-	12.123
Financiamentos	3.647	9.778	22.459	35.884
Financiamentos Rurais	810	3.587	8.174	12.571
TOTAL	41.107	73.941	133.012	248.060

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Emprést/TD	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	79.674	4.167	-	83.841	34
Setor Privado - Indústria	13.851	360	36	14.247	6
Setor Privado - Serviços	76.126	18.702	-	94.828	38
Pessoa Física	29.643	12.621	12.498	54.762	22
Outros	311	34	37	382	-
TOTAL	199.605	35.884	12.571	248.060	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	13.457	13.958
Constituições	12.246	7.344
Transferência para prejuízo	(7.616)	(7.845)
TOTAL	18.087	13.457

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	10.124	4%	7.938	4%
10 Maiores Devedores	54.736	20%	36.717	18%
50 Maiores Devedores	95.279	34%	69.432	34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	23.431	19.351
Valor das operações transferidas no período	7.616	7.845
Valor das operações recuperadas no período	(2.219)	(3.662)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(822)	(103)
TOTAL	28.006	23.431

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	537	1.228	744	1.337
Rendas de Empréstimos	12.246	23.883	12.898	25.545
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.349	3.239	2.242	4.653
Rendas de Financiamentos	2.289	4.299	1.980	3.475
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	75	175	75	147
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	143	269	102	236
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Pousança Rural	135	258	103	220
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	3	39	59	94
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.580	2.271	2.797	3.662
TOTAL	18.357	35.609	21.000	39.369

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(10.416)	(21.520)	(9.025)	(15.854)

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	3.836	10.256	4.602	9.287
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(382)	(920)	(687)	(1.148)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	106	267	46	97
TOTAL	(6.856)	(11.917)	(5.064)	(7.618)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honorados (I)	645	1.138
Rendas a Receber	1.035	1.285
Serviços de convênios a receber	326	345
Renda da Centralização Financeira a receber	524	837
Outras Rendas a Receber	185	103
Diversos	1.010	701
Adiantamento e Antecipações salariais	26	9
Adiantamentos para Pagamentos de nossa conta	16	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	10	3
Devedores por Compra de Valores e Bens - Circulante (I)	23	42
Pagamentos a Ressarcir	611	322
Títulos e Crédito a Receber	305	298
Devedores Diversos - País	19	27
Ativos Fiscais Correntes (a)	98	341
Devedores por Depósitos em Garantia - Longo Prazo (b)	1.113	1.080
(-) Provisões para Outros Créditos (I) (c)	(504)	(833)
TOTAL	3.397	3.712

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honorados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12 de 2020	Provisões 31/12 de 2020	Total em 31/12 de 2019	Provisões 31/12 de 2019
B 1% Normal	-	-	-	-	42	-
D 10% Normal	-	23	23	(2)	-	-
E 30% Normal	57	-	57	(17)	91	(27)
E 30% Vencidas	72	-	72	(22)	213	(65)
F 50% Normal	33	-	33	(16)	22	(11)
F 50% Vencidas	51	-	51	(25)	109	(54)
G 70% Normal	1	-	1	(1)	-	-
G 70% Vencidas	35	-	35	(25)	90	(63)
H 100% Normal	3	-	3	(3)	23	(23)
H 100% Vencidas	393	-	393	(393)	590	(590)
Total Normal	94	23	117	(39)	178	(61)
Total Vendidos	551	-	551	(465)	1.002	(772)
Total Geral	645	23	668	(504)	1.180	(833)
Provisões	(502)	(2)	(504)	-	(833)	-
Total Líquido	143	21	164	-	347	-

(a) Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	94	258
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	-	79
Cofins a Compensar	3	3
Pis a Compensar	1	1
TOTAL	98	341

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 171 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 901 mil), Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 30 mil) e Outros (R\$ 11 mil). Classificados no ativo Não Circulante e melhor detalhado na nota 31.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.705	3.185
Material em Estoque (II)	13	6
(Provisões para Desvalorizações) (III)	(2.434)	(2.245)
Despesas Antecipadas (IV)	319	385
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	286	339
Outras Despesas Antecipadas (b)	33	46
TOTAL	1.603	1.331

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento, consolidação e adjudicação de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Material em estoque para uso administrativo;

(III). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito - Sicoob Central ES (a)	10.381	7.812
Participações Inst Financ Controlada Cooperativa de Crédito - Bancoob (b)	6.123	5.713
TOTAL	16.504	13.525

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas em 2020 no valor de R\$ 629 mil. Também houve remuneração ao capital com pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 63 mil (Em 31/12/2019 - R\$ 39 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2020 de R\$ 404 mil (em 2019 de R\$ 722 mil).

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Instalações	2.469	2.453	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(1.832)	(1.589)	
Mobiliários	757	744	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(446)	(445)	
Máquinas	110	108	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(67)	(70)	
Aparelhos de Refrigeração	404	416	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(235)	(238)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.382	1.406	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(916)	(994)	
Alarme	19	19	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(19)	(18)	
Cabines de Segurança	98	85	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(46)	(36)	
Armas e Equipamentos	179	204	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(170)	(185)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	138	148	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(90)	(88)	
Equipamentos de Comunicação	119	106	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(86)	(75)	
Veículos	241	287	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(109)	(107)	
TOTAL	1.900	2.131	

A despesa com depreciação acumulada em 2020 foi de R\$ 605 mil (Em 2019 - R\$ 542 mil).

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	370	372	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(350)	(343)	
TOTAL	20	29	

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 10 mil (Em 2019 - R\$ 51 mil).

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - Circulante	859	-
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - Não Circulante	3.104	-
TOTAL	3.963	-

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	-	-	-	106	-	106
Recursos do Bancoob	4.005	8.159	12.164	8.048	4.727	12.775
Recursos do Bancoob - Capital de Giro Livre	-	7.677	7.677	-	-	-
Total	4.005	15.836	19.841	8.154	4.727	12.881

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	10.318	-	5.212
Bancoob - Rotativo	1.579	-	-
TOTAL	11.897	-	5.212

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.2 Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas dessas transações resultaram ao final de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas com Empréstimos Rotativo - Sicoob Central ES	(91)	(182)	(140)	(220)
Despesas com Empréstimos Rotativo - Bancoob	(17)	(23)	-	-
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	-	(1)	(1)	(3)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(362)	(714)	(322)	(656)
TOTAL	(470)	(920)	(463)	(879)

12.3 Relações com Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes	-	9
TOTAL	-	9

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiro em Trânsito (a)	17	27
Ordens de Pagamento (b)	2.310	2.104
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	29	32
TOTAL	2.356	2.163

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

14. Outras Obrigações
14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - Iof	-	62
TOTAL	-	62

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.072	642
Resultado de Atos com Associados (b)	1.196	1.303
Resultado de Atos com Não Associados (b)	-	100
Cotas de Capital a Pagar (c)	2.505	1.738
TOTAL	4.773	3.783

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a receber, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	282	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	83	74
Imposto e contribuições s/ salários	265	289
IRRF sobre Aplicações Financeiras	28	91

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre Juros ao Capital	5	19
Outros	75	53
TOTAL	738	526

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	299	269
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.820	1.362
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.168	1.178
Despesa de Pessoal	597	634
Água/Energia/Gás	10	9
Aluguéis	39	41
Custódia de Valores e Bens	18	-
Comunicações	13	17
Promoções e Relações Públicas	15	-
Segurança e Vigilância	5	61
Manutenção e Conservação de Bens	1	2
Transporte	38	32
Seguro	6	2
Plano de Saúde	3	2
Compensação	65	42
Seguros a Recolher	2	2
Seguros Prestamista	169	151
Provisão de Cartões a Pagar	107	108
Ordem de Pagamento - Encerramento Conta	34	3
Salário	46	72
Outras Despesas Administrativas	46	72
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	1.016	650
Credores Diversos - País	1.003	809
Cooperativa Central	176	168
Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado	6	-
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	19	21
Outros Credores Diversos	567	33
Cheques Depositados	229	576
Credores Diversos - Liquidação de cobrança	6	11
TOTAL	5.306	4.268

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 33.597 mil (R\$ 27.422 mil em 31/12/2019), referentes à aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Curto Prazo	921	560
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Longo Prazo	95	90
TOTAL	1.016	650

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL-LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido
a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	60.501	54.318
Associados	28.468	22.970

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial do FIS	226	152
Constituição	148	172
(-) Utilização FIS	(102)	(98)
Saldo Final FIS	272	226

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 6.681 mil para aumento do capital social.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	14.807	17.312
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	-	(100)
Destinações estatutárias	14.807	17.212
Reserva legal - 55%	(8.144)	(9.466)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(740)	(861)
Fundo de Investimento Social - 1%	(148)	(172)
Utilização FIS	102	98
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.877	6.811

17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Segundo semestre:

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	37.272	33.715	3.557	41.862	38.811	3.051
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(18.404)	(17.773)	(631)	(19.851)	(19.266)	(585)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(11.833)	(10.704)	(1.129)	(12.414)	(11.509)	(905)
Resultado Operacional	7.035	5.238	1.797	9.597	8.036	1.561
Receita Não Operacional	139	-	139	51	-	51
Despesa Não Operacional	(299)	-	(299)	(53)	-	(53)
Resultado Não Operacional	(160)	-	(160)	(2)	-	(2)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Excluições/Adições do Ato Cooperativo	6.875	5.238	1.637	9.595	8.036	1.559
IRPJ/CSLL	(639)	-	(639)	(57)	-	(57)
Excluições/Adições do Ato Cooperativo	-	998	(998)	-	1.402	(1.402)
Resultado do Período	6.236	6.236	-	9.538	9.438	100

Exercício:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	76.454	69.465	6.989	81.084	75.097	5.987
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(38.026)	(36.847)	(1.179)	(37.700)	(36.626)	(1.074)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(22.777)	(20.695)	(2.082)	(23.878)	(22.116)	(1.762)
Resultado Operacional	15.651	11.923	3.728	19.506	16.355	3.151
Receita Não Operacional	174	-	174	72	-	72
Despesa Não Operacional	(379)	-	(379)	(2.209)	-	(2.209)
Resultado Não Operacional	(205)	-	(205)	(2.137)	-	(2.137)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Excluições/Adições do Ato Cooperativo	15.446	11.923	3.523	17.369	16.355	1.014
IRPJ/CSLL	(639)	-	(639)	(57)	-	(57)
Excluições/Adições do Ato Cooperativo	-	2.884	(2.884)	-	857	(857)
Resultado do Período	14.807	14.807	-	17.312	17.212	100

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 1.535 mil visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.351	2.550	1.215	2.288
Rendas Transações Intercrédito	300	593	313	574
Rendas de Cartões	534	966	449	877
Rendas de Convênios	113	215	113	211
Rendas de Serviços - Comissões	639	1.103	384	824
Rendas de Tarifas	321	713	397	747
Comissão com Venda de Consórcios	518	927	395	638
Comissão com Venda de Seguros	971	2.052	680	1.430
Rendas Recebidas do Bancoob	116	163	109	168
Outras Rendas de Prestação de Serviços	19	160	157	273
TOTAL	4.882	9.442	4.212	8.030

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	787	1.526	710	1.392
Rendas de Serviços Prioritários - PF	360	687	347	665
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	10	19	10	20
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.748	4.983	2.283	4.206
TOTAL	3.905	7.215	3.350	

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de pessoal - Outros	-	-	(1)	(1)
Total	(4.656)	(9.337)	(4.914)	(9.504)

22. Outros Dispendios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Água Energia e Gás	(128)	(266)	(157)	(341)
Despesas de Aluguéis	(576)	(1.141)	(539)	(1.028)
Despesas de Comunicações	(196)	(397)	(209)	(410)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(60)	(120)	(90)	(137)
Despesas de Material	(127)	(270)	(88)	(172)
Despesas de Processamento de Dados	(934)	(1.989)	(948)	(1.826)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(122)	(194)	(209)	(295)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(85)	(121)	(96)	(157)
Despesas de Publicações	(2)	(6)	(8)	(22)
Despesas de Seguros	(14)	(27)	(12)	(21)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.276)	(2.707)	(1.371)	(2.845)
Despesas de Serviços de Terceiros	(371)	(752)	(474)	(890)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(454)	(908)	(433)	(866)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(642)	(887)	(582)	(792)
Despesas de Transporte	(282)	(604)	(258)	(552)
Despesas de Viagem No País	(20)	(31)	(26)	(54)
Despesas de Amortização	(5)	(10)	(5)	(51)
Despesas de Depreciação	(300)	(605)	(294)	(542)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(48)	(78)	(66)	(115)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(820)	(1.386)	(864)	(1.759)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(128)	(274)	(138)	(229)
Outras Despesas Administrativas	(206)	(360)	(208)	(450)
Total	(6.796)	(13.133)	(7.075)	(13.554)

23. Outros Ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	172	416	269	392
Rendas Juros Cartão de Crédito	642	1.421	832	1.545
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	93	199	114	210
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	229	487	255	569
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	117	321	197	425
Rendas de Repasses Delcredere	17	33	33	55
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	404	-	722
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	63	63	39	39
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	629	-	-
Premiações	3	3	-	-
TOTAL	1.336	3.976	1.739	3.957

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

24. Outros dispendios/despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos	(202)	(603)	(119)	(303)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(323)	(616)	(319)	(566)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-	(1)	(2)	(5)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-	-	(138)	(278)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	(25)	(126)	(278)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(967)	(1.496)	(480)	(946)
Perdas Fraudes Interna	-	-	(69)	(69)
Perdas Fraudes Externas	(1)	(5)	(269)	(269)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(23)	(34)	-	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(13)	(15)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(34)	(65)	(18)	(52)
TOTAL	(1.563)	(2.860)	(1.540)	(2.766)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

24.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para Passivos Trabalhistas	(90)	(90)	-	-
Provisão para Passivos Contingentes	(15)	(15)	-	(2)
Reversão de Provisão para Contingências	-	-	5	21
TOTAL	(105)	(105)	5	19

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

24.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(709)	(1.146)	(412)	(1.018)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	358	779	704	1.128
TOTAL	(351)	(367)	292	110

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coberturas concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

25. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	1	30	28	29
Ganhos de Capital	18	24	10	30
Outras Rendas	120	120	13	13
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	(6)	(34)
(-) Perdas de Capital	(110)	(190)	(2)	(10)
(-) Desvalorização de Outros Valores e Bens	(189)	(189)	(45)	(2.165)
Resultado Líquido	(160)	(205)	(2)	(2.137)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.485	0,60%	308
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	985	0,17%	28
TOTAL	4.470	0,77%	336
Montante das Operações Passivas	1.595	0,71%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	22	4	1,01%
Conta Garantida	19	6	0,69%
Direitos Creditórios Descontados	40	-	0,32%
Empréstimo	1.113	229	0,61%
Financiamentos Rurais	317	3	2,62%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	201	0,12%	-
Depósitos a Prazo	707	0,29%	0,80% a 100% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	98	0,86%	91% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis PF	1,22% a.m a 3,50% a.m	1,22% a.m a 3,50% a.m
Desconto de Recebíveis PJ	0,99% a.m a 3,50% a.m	0,99% a.m a 3,50% a.m
Empréstimos	0,49% a.m a 8,20% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m.	0,49% a.m a 8,20% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+3,50% a.m.
Crédito Rural - Repasses	3,00% a.a. a 10,50% a.a. 0,99% a.m. a 4,00% a.m.	3,00% a.a. a 10,50% a.a. 0,99% a.m. a 4,00% a.m.
Renegociação	CDI + 0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.	CDI + 0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.
Aplicação Financeira – RDC Longo CDI	0,80% a 100% CDI	0,80% a 100% CDI
Aplicações Financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	72
Conta Garantida	319
Direitos Creditórios Descontados	266
Empréstimos	2.565
Financiamentos	45

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2020
Honorários e Cédula de Presença	1.196
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	54

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-LITORÂNEO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa

o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	309.013	227.022
Centralização Financeira	298.346	218.823
Títulos e Valores Mobiliários	-	48
Outros Valores e Bens	286	339
Investimentos	10.381	7.812
Passivo	10.494	5.486
Relações Interfinanceiras	-	106
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	10.318	5.212
Outras Obrigações	176	168

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Recalcula	3.444	7.673	6.228	12.936
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	1	5	19
Ingressos de Depósitos Interooperativos	3.381	7.609	6.184	12.878
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	63	63	39	39
Despesa	(1.878)	(3.065)	(1.485)	(2.928)
Operações de Empréstimos e Repasses	(91)	(183)	(141)	(223)
Outras Dispendios/Despesas Administrativas	(820)	(1.386)	(864)	(1.759)
Outros Dispendios/Despesas Operacionais	(967)	(1.496)	(480)	(946)

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, por os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 - em milhares de R\$)

Compete ao gestor centralizado (Sicob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	106.228	94.085
Margem de Compatibilização	71.945	65.546
Índice da Basileia	32,54%	39,56%
Margem de Imobilização	51.214	44.911

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.072	1.072	1.062	1.062
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	90	30	-	10
Outros	25	11	10	8
TOTAL	1.187	1.113	1.072	1.080

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL- LITORÂNEO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 50 mil.

ALFREDO CHAVES-ES, 15 de janeiro de 2021

Fabício Soares Damasceno
Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – SICOOB SUL LITORÂNEO

Alfredo Chaves/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – SICOOB SUL LITORÂNEO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL LITORÂNEO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2021



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parcer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito Sul Litorânea do Espírito Santo – Sicob Sul Litorâneo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 05 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 05 de março de 2021.

Wézeron Rangel Rossi
Coordenador do Conselho Fiscal

Renato Rosetti Conde
Secretário do Conselho Fiscal

Laiza Volponi P. Passamani
Conselheiro Fiscal - Efetivo